



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

mestre de 2019 foi de R\$774,7 milhões, ante o valor de R\$771,2 milhões relativo ao 1º semestre de 2018.

Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o 1º semestre de 2019 com Patrimônio Líquido de R\$2.008,8 milhões, apresentando elevação de 6,7% em relação ao mesmo período de 2018, quando apresentou o valor de R\$1.882,4 milhões.

Índice de Basileia (Limites Operacionais)

A mensuração do capital regulamentar - compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação - é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O 1º semestre de 2019 encerrou com índice de 11,9%, contra 13,3% no 1º semestre de 2018.

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

No 1º semestre de 2019, o Banco realizou mais um Encontro Nacional com todos os seus Gestores, oportunidade na qual se procedeu uma análise dos resultados alcançados em 2018 e foram aprovadas diretrizes e estratégias para alcançar as metas definidas para o exercício de 2019.

Neste 1º semestre, o Conselho de Administração aprovou o Plano Anual de Comunicação para o exercício de 2019, que tem como objetivo disciplinar e orientar a comunicação e o relacionamento do Banco com seus stakeholders. Este plano foi de grande importância para o Banco fortalecer sua Governança Corporativa.

O mesmo Conselho aprovou ajustes na Política de Patrocínio, que tem por objetivo orientar as ações relativas à concessão de patrocínios, de forma a garantir a efetiva comunicação institucional com seus públicos de interesse, garantindo transparência ao processo de contratação, o fortalecimento da imagem do Banco e sua atuação no desenvolvimento regional.

No mesmo sentido, para fortalecer a governança da Instituição, o Conselho de Administração aprovou várias Normas de Procedimento no âmbito da gestão de pessoas, estabelecendo diretrizes para benefícios já estabelecidos como: Assistência à Saúde; Plano de Desenvolvimento de Pessoas; Gerenciamento de Desempenho; entre outros.

Aprovou, também, a extinção da Política de Lateralidade, a criação de nova Política de Substituição e a Política de Segurança da Informação e Comunicações de Segurança Cibernética.

O Banco atingiu, pela quarta vez consecutiva, o nível 01 no Indicador de Governança - IG-SEST, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O objetivo do IG-SEST é de acompanhar o desempenho da qualidade de governança das empresas estatais federais.

O resultado alcançado demonstra o compromisso do Banco da Amazônia com a governança e com a melhoria de seus processos, visando à transparência, à conformidade e ao atendimento dos padrões de Governança Corporativa.

5. GESTÃO DA INTEGRIDADE, CORREIÇÃO E CANAL DE DENÚNCIA INTERNO

O Programa de Integridade do Banco, traduz um conjunto de medidas adotadas para prevenir, detectar e remediar a ocorrência de fraude e corrupção que venham a ocorrer, em cumprimento às medidas anticorrupção implantadas pelo Governo, especificamente, a Lei da Empresa Limpa, Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18/03/2015.

No processo, são utilizadas informações oriundas do banco de dados do Sistema de CGU-PAD e do Canal de Denúncias Interno, o grande aliado adotado na Gestão da Integridade e Correição que permite ao relator o registro das manifestações on-line.

No primeiro semestre de 2019, o Sistema CGU-PAD recebeu um quantitativo de 27 registros, sendo de natureza variada, que vai de irregularidades, a ocorrências de fraudes. Dos eventos recebidos, 05 foram arquivados sem instauração de inquérito administrativo e os demais ainda estão sob análise e julgamento.

Inaugurado em 30.05.2018, em atendimento à Resolução 4.567 de 27 de abril de 2017, o Canal de Denúncias veio para funcionar como um instrumento democrático, a ponto de quebrar barreiras hierárquicas, proporcionando aos usuários um canal de comunicação direto com as lideranças da Instituição.

No primeiro semestre de 2019, o Canal de Denúncias recebeu um quantitativo de 11 registros, devidamente encaminhados para as áreas de responsabilidade (Auditoria, SAC, Pessoas e Comitê de Ética). As denúncias são recebidas, registradas e posteriormente encaminhadas às unidades responsáveis para conhecimento e eventuais providências. As respostas são sempre remetidas aos denunciadores, quando identificados.

6. GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco da Amazônia dispõe de dois documentos: Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e Declaração de Apetite aos Riscos, RAS. Para tomada de decisão, o Banco dispõe de três comitês específicos para gestão de Riscos e de Capital, o primeiro composto por membros do Conselho de Administração, o segundo pela Diretoria Executiva e o terceiro pelo diretor responsável pelo gerenciamento de risco da instituição, em conjunto com gerentes afins.

O gerenciamento de riscos tem como premissa que todos os riscos relevantes devem ser identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados.

Risco de Crédito

As exposições ao risco de crédito estão baseadas em limites estabelecidos por critérios específicos, buscando, principalmente, a diversificação da carteira e a manutenção de ativos de boa liquidez. No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito. O que permite o estabelecimento de rating para o tomador e para operações de crédito. As operações de empréstimos e financiamentos mantêm lastro adequado junto ao Patrimônio de Referência do Banco.

O processo de desenvolvimento, validação e monitoramento dos modelos de riscos está alinhado aos objetivos estratégicos da Organização, às melhores práticas de gestão e está em conformidade com leis e regulamentos de Órgãos supervisores. O monitoramento de modelos de risco constitui na aplicação de testes, visando continuamente, desafiar, confrontar e questionar os modelos internos de gestão de riscos, considerando as particularidades técnicas de mensuração e gerenciamento de risco.

Risco de Mercado e Liquidez

O processo de gestão de Risco do Banco segue as diretrizes do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, mantendo processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado. O foco principal são as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços, onde são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading).

A exposição ao Risco de Mercado das carteiras trading e banking são calculados através dos métodos do Value at Risk (VaR) e Variação de Valor Econômico (ΔEVE), respectivamente, sendo as informações geradas de forma sistematizada. São importados e consolidados os dados extraídos das bases externas (BACEN, B³ - Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), gerando resultados diários embasados em técnicas de estatísticas amplamente aceitas.

Risco de Liquidez

O Banco possui área independente das áreas de negócio, responsável por definir, propor e monitorar os limites de risco de liquidez, de forma a mantê-los dentro do apetite a risco da instituição. O foco da carteira de Tesouraria em recursos de elevada liquidez, títulos públicos e operações compromissadas, mitiga o risco de liquidez do Banco. Na gestão de Liquidez é utilizada a análise do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e as simulações de cenários de estresse.

Gestão do Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional segue os preceitos da Resolução Bacen nº 4.557/17 e boas práticas de mercado como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

Gestão de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco é norteada pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e seus limites estão dispostos na Declaração de Apetite aos Riscos, RAS.

O gerenciamento de capital atende às recomendações sugeridas pelo Comitê da Basileia e utiliza como instrumentos de gestão: testes de estresse, plano de capital e plano de contingência de capital, todos aprovados e acompanhados tempestivamente através de relatórios, pelo Comitê de Riscos, CRO, Diretoria e Conselho de Administração.